

**REFORMA  
AGRÁRIA**

## Para UDR, Constituinte adotou o "bom senso"

Na opinião do presidente e do secretário, da UDR-AM, Luiz Alberto Dumont Adams de Salvo Souza e Paulo Paulista Leite Silva, a Assembléia Nacional Constituinte agiu com "bom senso" ao definir como "intocável" a propriedade rural produtiva neste país. "Os constituintes - proclama Luiz Alberto - assimilaram bem o sentimento de toda a população brasileira cuja maioria esmagadora repudia tanto os radicalismos de direita quanto de esquerda".

Durante entrevista coletiva à imprensa, após a vitoriosa mobilização comandada pela UDR - respaldada também na ação da Frente Ampla da Agropecuária - os dirigentes da seção ribeirãopretana sa-

lientaram a crença de que, agora, foi restabelecida a tranquilidade no campo. "Houve - salientaram - a valorização de quem trabalha e produz o alimento indispensável à vida da Nação. Agora, a reforma agrária poderá ser feita em bases justas, dando-se terras improdutivas a quem tiver condições de torná-las produtivas, mas também tranquilizando e dando segurança aos que já produzem para poderem continuar produzindo, inclusive ajudando o Brasil a pagar sua fabulosa dívida externa".

### Vitória da Nação

Luiz Alberto foi enfático: "nesse episódio não houve vencidos e nem vencedores. Com o prevalecimento do bom sen-

so, vitória foi da Nação. Se a intocabilidade da terra produtiva não fosse preservada, seria o caos, pois ninguém teria ânimo para investir na atividade agrícola".

Para o presidente da UDR-AM "a distinção que deve ser feita é entre quem produz e quem especula: o importante, para nós, é defender quem produz. Mesmo porque, se o governo realmente quiser promover a reforma agrária, terra não lhe faltará, pois mais de 50% das áreas aproveitáveis pertencem à União ou aos estados."

### Trabalho continua

Vencida essa etapa relacionada com o capítulo da "Política Agrícola" a

UDR agora se voltará para a conquista de outros objetivos.

"A questão da reforma agrária - salientaram Luiz Alberto e Paulo Paulista - foi uma das razões que justificaram o movimento da UDR para unir toda a classe agropecuária na defesa de seus direitos. Vamos, agora, continuar na luta empunhando outras bandeiras igualmente válidas, que podemos resumir em alguns poucos itens: 1) Política agrícola séria, sem casuismo e que favoreça os investimentos; 2) Política de preços mínimos compatível com os custos de produção; 3) Armazéns em quantidade suficiente para abrigar a safra sem os desperdícios ora verificados; 4) Estradas para escoar a safra; 5)



Luiz Alberto e Paulo Paulista; "vitória da Nação"

Repúdio a medidas de cunho eleitoral ou demagógico como as adotadas na época do famigerado plano cruzado, inclusive redundando em importações fraudulentas de produtos deteriorados em detrimento dos agricultores brasileiros".

Para eles os horizontes agora se tornam mais claros "pois foram preservados os direitos de quem produz, independentemente do tamanho da propriedade, cuja dimensão é sempre o resultado da competência de cada um".

**IMÓVEIS**

## Capuano defende reabertura dos financiamentos

"Existe dinheiro parado para financiamento de imóveis, o povo quer e necessita de moradia, o investimento no setor é viável, e, no entanto, o governo não financia por problemas políticos".

Foi o que mencionou o presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis - Roberto Capuano - em sua visita à cidade no último dia 6 de maio (sexta-feira da semana passada), na Delegacia do CRECI, com os representantes locais da entidade. Entre uma série de outros tópicos ele abordou sobre as formas de ampliação do mercado de trabalho para a categoria e falou sobre assuntos de interesse da classe.

O presidente da entidade analisou, também, várias questões referentes ao mercado imobiliário, tais como o atual ante-projeto de lei do inquilinato, em discussão no Congresso Nacional, a sugestão da entidade para a solução da crise no setor de imóveis usados, a suspensão dos financiamentos pela Caixa Econômica Federal, e a possibilidade da reabertura das operações, para as quais ele defende a "pressão popular", como uma das formas eficazes para que sejam consolidadas.

A não reabertura das operações pela CEF, conforme mencionou Capuano, fará com que uma série de conquistas da classe dos corretores de imóveis volte a "estaca zero". Entre elas, ele citou a formação do Conselho Nacional de Habitação, cujo objetivo prático é submeter qualquer medida ou pro-

jeto, ao crivo dos vários setores ligados direta ou indiretamente ao mercado habitacional, como propósito de um planejamento da indústria imobiliária. Entre os vários segmentos que devem reunir-se para discussão ao redor de uma só mesa, antes de qualquer aprovação, ele citou os produtores de materiais para construção, arquitetos, construtores, corretores imobiliários, agentes financeiros, entre outros.

Uma outra conquista, segundo Capuano, que ficaria sem qualquer efeito, diz respeito aos quarenta por cento dos investimentos em caderneta de poupança destinados ao financiamento de imóveis usados, que, entre outros aspectos interessantes "tem efeito multiplicador no mercado imobiliário". Por fim, destacou, também, a implantação da Caderneta Habitacional, que garante a carta de

crédito e permite o acesso à moradia às classes menos favorecidas.

### Loteamento

Uma pesquisa feita pelo CDH, conforme destacou Capuano, apontou que cinquenta por cento das favelas brasileiras são construídas de alvenaria (paredes de tijolos). Isto, de acordo com ele, significa que o problema da habitação no Brasil não é exatamente a construção. Na verdade, ele inicia-se a partir da "lei elitista do loteamento", que inviabiliza o acesso das classes, cujo poder aquisitivo é menor. A solução de moradia, de acordo com Capuano, está diretamente ligada à mudança na forma de loteamento.

Ainda sobre habitação, Capuano destacou que uma outra pesquisa reali-



Capuano: "Nação deve pressionar"

zada pelo Instituto Gálope, apontou a preferência de 68% dos entrevistados pelo financiamento de imóveis usados. Somente a Caderneta de Poupança, segundo ele, tem hoje 3 trilhões de cruzados, mais a quantia de 4 a 5 trilhões de fundo de garantia do trabalhador depositados, sem contar os 800 bilhões de cruzados destinados à aplicação imobiliária, parados no Banco Central.

O governo, por outro lado, de acordo com Capuano, diz ter apenas 200 bilhões de cruzados para financiamento. É neste aspecto que ele indignado questiona: "se existe dinheiro, a moradia é um anseio de todos, o que faz o governo que não abre as operações para financiamento e não aplica no setor, quando o investimento é constadamente viável?"

## Inquilinato: "Ante-projeto público"

O governo, no parecer do presidente do CRECI, Roberto Capuano, "tem boas intenções" para resolver o problema da moradia. O que faltam são "medidas adequadas" para solucionar a questão. Segundo ele, quando a situação é falta de oferta,

taxar os alugueis, na verdade, só contribui para que a procura se torne cada vez maior e o número de imóveis disponíveis para locação sempre menor.

Por esta razão Capuano qualificou o ante-projeto de lei do inquilinato, em

tramitação no Congresso Nacional, de "político", pela sua proposta superficial, que, na prática, só contribui para que o problema da falta de oferta se torne ainda maior. O projeto prevê o reajuste do aluguel, para quem ganha até seis salários mínimos,

de acordo com a correção salarial e não conforme a OTN.

Conforme Capuano, o valor do aluguel permanecendo em baixa, as compras de imóveis para locação certamente são reduzidas e a falta de oferta ganha maior proporção.

"Com o desequilíbrio entre a oferta e a procura - diz ele - a tendência dos valores do aluguel, é disparar ainda mais".

Capuano comentou também sobre a revisão dos alugueis passando, de cinco, para três anos argumentando que a defa-

sagem de muitos contratos ainda é grande, ele disse ser favorável à medida, por possibilitar a correção da distorção, e ao mesmo tempo por estabelecer a livre negociação entre proprietário e inquilino ao final de três anos de renovação do contrato.